



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Reunião do Conselho Consultivo do Tribunal Judicial da Comarca do Porto

ACTA

[Handwritten initials and signature in green ink]

DATA: 10 de Julho de 2017, pelas 14: 30 horas

LOCAL: Rua de Camões, n.º 155, 4049-074 Porto (instalações do D.I.A.P. do Porto e 1.ª Secção de Instância Central de Instrução Criminal do Porto).

*

Membros do Conselho Consultivo:

- **Juiz Presidente da Comarca do Porto:** Dr. José António Rodrigues da Cunha
- **Procurador-Geral Adjunto Coordenador:** Dr. Eduardo Gonçalves de Almeida Loureiro
- **Administrador Judiciário:** Dr. José Aurélio Cabido
- **Representante dos Juízes da Comarca:** Dr. António Pedro da Costa Gonçalves Nogueira
- **Representante dos Magistrados do Ministério Público da Comarca:** Dr. João G. A. de Simas Santos
- **Representante da Ordem dos Advogados:** Dra. Elisabete Grangeia
- **Representante da Ordem dos Solicitadores:** Dra. Alexandra Ferreira
- **Representante dos Oficiais de Justiça:** Escrivão de Direito António Licínio Marques Cabral
- **Representantes dos Municípios integrados da Comarca do Porto:**
 - Dr. Luís Filipe Castro de Araújo (Vice-Presidente da Câmara Municipal de Gondomar);
- **Representante da Associação Empresarial de Portugal:** Dra. Olga Tavares
- **Representante do Conselho de Reitores:** Prof. Dr. Miguel Pestana Vasconcelos
- **Representante dos Consumidores – D.E.C.O.:** Dr. Miguel Dias Gomes
- **Gabinete de Apoio ao Juiz Presidente da Comarca:** Dra. Ana Maria Mota Pinto

*

AUSENTES:

Dr. António Pedro da Costa Gonçalves Nogueira, ausente por motivo de baixa médica; Dra. Alexandra Ferreira, com comunicação da impossibilidade de comparência; Dr. Luís Filipe Castro de Araújo, Dr. Miguel Dias Gomes, tendo comparecido em sua substituição a Dra. Tânia Oliveira, e o Prof. Dr. Miguel Pestana Vasconcelos, sendo o mesmo substituído pelo Prof. Dr. José Sá Reis.

*



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Handwritten notes and signatures in blue and green ink, including the letters 'OT' and 'M.A.H.'.

APRESENTAÇÃO:

Apresenta-se, em seguida, a competente acta onde se discriminam, por sùmula, os assuntos submetidos à mesma.

*

ORDEM DE TRABALHOS:

1 – Assuntos diversos respeitantes á Comarca do Porto.

*

Iniciada a reunião, pelas 15:00 horas, pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foram dadas as boas vindas ao Sr. Escrivão de Direito, António Licínio Marques Cabral, eleito como Representante dos Oficiais de Justiça no Conselho Consultivo da Comarca do Porto, com contagem de votos no dia de hoje.

Pelos membros do Conselho Consultivo, que se encontram hoje presentes nesta reunião, foi, por unanimidade, aprovado um voto de reconhecimento pela representação condigna e pelo trabalho construtivo do Sr. Secretário de Justiça, Manuel Fernando Barbosa de Sousa, na qualidade de Representante dos Oficiais de Justiça, durante estes primeiros três anos de instalação da nova organização judiciária na Comarca.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi informado aos membros a ausência de resposta à comunicação remetida á Exma. Sra. Ministra da Justiça.

Pela ilustre representante da Ordem dos Advogados foi dito ser de renovar, junto da Exma. Sra. Ministra da Justiça, a referida comunicação.

Pelo Exmo. Sr. Procurador Coordenador foi afirmada a sua concordância com a insistência na comunicação, manifestando, igualmente, o desagrado pela não obtenção de resposta.

Concordando com a posição dos acima referidos membros, pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi sugerida a insistência na instalação de uma esquadra da P.S.P., no edifício da Rua de Camões, e, caso não se obtenha resposta a essa insistência, ponderar a elaboração de um comunicado de imprensa.



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

[Handwritten signatures and initials in blue and green ink]

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi feito um breve balanço do ano judicial, no qual referiu que a Comarca do Porto é a primeira, a nível nacional, com o maior número de processos entrados, quer na área judicial, quer no ministério público, e menor número relativo de recursos humanos. *AMV*

Pelo Exmo. Sr. Procurador Coordenador foi referido que é grande a disparidade entre o número de processos entrados no Ministério Público do Porto e de Lisboa, sendo que a solução foi, até ao presente, de manter o rigor que caracteriza o trabalho desenvolvido no Porto, contudo, sem o mesmo número de funcionários e magistrados que existem nos serviços do Ministério Público em Lisboa, facto este que já teria levado ao colapso outro tipo de organização.

Pelo ilustre representante dos Magistrados do Ministério Público foi assinalado o protesto pelo facto de, dentro da Comarca do Porto, existir diferente ratio entre o D.I.A.P. do Porto e os D.I.A.P.s dos municípios limítrofes.

Pelo Exmo. Sr. Administrador Judiciário foi dito que, a partir de Setembro, dada a necessidade imposta pelo Grupo de Trabalho de Acompanhamento do funcionamento dos Juízos de Execução e do Comércio, surgirão dificuldades nalgumas secções devido ao facto de se perspectivar a necessidade de fazer deslocar funcionários que irão apoiar o Juízo de Comércio de Gaia, facto este que não tem eco na Administração Central.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi mencionado que era suposto, no decurso do ano judicial que está a findar, o Juízo de Comércio de Gaia ter sido já transferido para o Palácio da Justiça de Gaia.

Pela ilustre representante da Ordem dos Advogados foi afirmado que não há eco perante o cidadão de todas estas questões, ficando a realidade, assim, distorcida.

Igualmente, questionou se não seria de insistir, junto da entidade competente, a devolução do edifício da Cadeia da Relação do Porto.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi dito ser de insistir e reafirmar o que foi deliberado na última acta, acrescentando ainda, que tal edifício nunca deveria ter saído da órbita do Ministério da Justiça.



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Handwritten signatures and initials in blue and green ink, including a large signature and several smaller ones.

Mais referiu, ainda, que existem outros edifícios públicos, alienados pelo Estado, que poderiam dar resposta ás questões relativas á falta de instalações dos organismos públicos.

Pelo ilustre representante do Conselho de Reitores foi referido que a Faculdade de Direito da Universidade do Porto tem parte do seu edifício vedado por falta de segurança devido á imperfeição das obras nele realizadas, estando a ser considerada a possibilidade de ocupação temporária do edifício da Reitoria para o efeito.

Pela ilustre representante dos Oficiais de Justiça foram mencionadas as dificuldades sentidas pelos funcionários, bem como os problemas existentes no Juízo de Comércio de Santo Tirso, o qual não tem condições físicas, nem humanas para um bom funcionamento, não estando em curso as obras mencionadas para o edifício do referido Juízo.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi reafirmado que não pode haver uma organização de gestão, se não são fornecidos meios para a sua concretização. Igualmente referiu que, segundo o Ministério da Justiça, o Juízo de Comércio de Santo Tirso será inaugurado em Setembro de 2018.

Pelo ilustre representante dos Oficiais de Justiça foram, ainda, apontados os problemas que estão a surgir com a aplicação da recente portaria em matéria criminal, nomeadamente no que diz respeito á consulta na secretaria do processo no CITIUS pelo arguido.

Pelo Exmo. Sr. Administrador Judiciário foi confirmada a situação ora apresentada, com o problema da inadequação da rede para a aplicação prática de tal portaria.

Pelo Exmo. Sr. Procurador Coordenador foi afirmado que o CITIUS não reproduz todas as peças processuais, o que torna inviável, na prática, uma consulta efectiva de todo o processo, nomeadamente em diligências.

Pela ilustre representante da Ordem dos Advogados foi assinalado que há matéria suficiente para ser tomada uma posição pública, em bloco, pelo Conselho Consultivo desta Comarca, uma vez



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

que, para além dos magistrados, estão também aqui entidades representativas da sociedade, que, em conjunto, devem ser uma voz que reporte todas as situações até agora levantadas.

Pela ilustre representante da Associação Empresarial de Portugal foi questionada a possibilidade de se encontrarem formas para uma representação mais activa e interventiva do Conselho Consultivo junto do público em geral, de forma a dar conhecimento de todos os factos e números distorcidos da realidade judiciária.

Pelo ilustre representante dos Magistrados do Ministério Público foi referido que se deveria auscultar o cidadão no sentido de confirmar ou infirmar qual a sua percepção da realidade judiciária.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi proposta a marcação de uma iniciativa, a ser debatida oportunamente por este Conselho, sob o tema "Estados Gerais da Comarca do Porto", com a participação de empresários, professores, advogados, representantes da defesa dos consumidores, magistrados e funcionários, com vista a uma discussão geral, objectiva e abrangente sobre o estado da Comarca, o que foi aceite por unanimidade.

*

Nada havendo mais a tratar, procedeu-se a um agendamento da próxima reunião, por acordo entre todos os membros presentes, designando-se o próximo dia **14 de Setembro de 2017, pelas 14:30 horas, nas instalações do D.I.A.P. do Porto e 1.ª Secção de Instância Central de Instrução Criminal do Porto, sitas na Rua de Camões, nº 155, Porto.**

*

Consigna-se que a presente reunião foi encerrada pelas 16:30 horas.

A presente acta vai ser devidamente assinada.

Juiz Presidente da Comarca do Porto,

(Dr. José António Rodrigues da Cunha)



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Am

Procurador-Geral Adjunto Coordenador,


(Dr. Eduardo Gonçalves de Almeida Loureiro)

Administrador Judiciário,


(Dr. José Aurélio Cabido)

Representante dos Magistrados do Ministério Público da Comarca,


(Dr. João Guerreiro Alves de Simas Santos)

Representante da Ordem dos Advogados,


(Dra. Elisabete Granjeira)

Representante dos Oficiais de Justiça,


(Escrivão de Justiça António Licínio Marques Cabral)

Representante do Conselho de Reitores,


(Prof. Dr. José Sá Reis)



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Representante da Associação Empresarial de Portugal,

Olga Tavares

(Dra. Olga Tavares)

Representante dos Consumidores – Associação Portuguesa p/Defesa do Consumidor,

Tânia Oliveira

(Dra. Tânia Oliveira)

Gabinete de Apoio ao Juiz Presidente da Comarca,

AM

(Dra. Ana Maria Mota Pinto)